

Autor | Author

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos*
quilombo.sanzio@gmail.com

**TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: GEOGRAFIAS,
CARTOGRAFIAS & CONFLITOS INSTITUCIONAIS****QUILOMBOLAS TERRITORIES: GEOGRAPHIES,
CARTOGRAPHS & INSTITUTIONAL CONFLICTS**

Resumo: o *paper* resgata com referências da Geografia e da Cartografia na construção das principais configurações territoriais da diáspora África-América-Brasil, do espaço geográfico conflitante das atividades econômicas coloniais-imperiais e dos deslocamentos dos povos, assim como, trata brevemente aos espaços afrobrasileiros contemporâneos invisibilizados, particularmente os quilombos contemporâneos. O pensamento social preconceituoso ainda dominante e a manutenção do desconhecimento da população do país, no que se refere ao continente africano e as suas relações historiográficas com o Brasil, continuam sendo um dos entraves estruturais para uma perspectiva real de diminuição da exclusão espacial secular. A criação no setor decisório, das condições necessárias para a implementação eficaz das políticas públicas mais articuladas e com resultados satisfatórios, sobretudo, na educação e no território, continuam fazendo parte das pendências estruturais do Brasil Africano atual.

Palavras-chave: Geografia Afrobrasileira, População de matriz africana, Quilombo Contemporâneo, Cartografia Africana, Diáspora África-Brasil.

Abstract: the paper rescues references of Geography and Cartography in the construction of the main territorial configurations of the Africa-America-Brazil diaspora, the conflicting geographical space of colonial-imperial economic activities and the displacements of the peoples, as well as briefly addresses the invisible contemporary Afro-Brazilian spaces, particularly the contemporary quilombos. The prevailing social thought still dominant and the maintenance of the ignorance of the country's population, regarding the African continent and its historiographical relations with Brazil, continue being one of the structural obstacles for a real perspective of diminishing the secular exclusion. The creation in the decision-making sector of the necessary conditions for the effective implementation of the most articulated public policies and with satisfactory results, above all in education and in the territory, continue being part of the structural pendencies of the current African Brazil.

Keywords: Afro-Brazilian Geography, African matrix population, Contemporary Quilombo; African Cartography, Diaspora Africa-Brazil.

INTRODUÇÃO

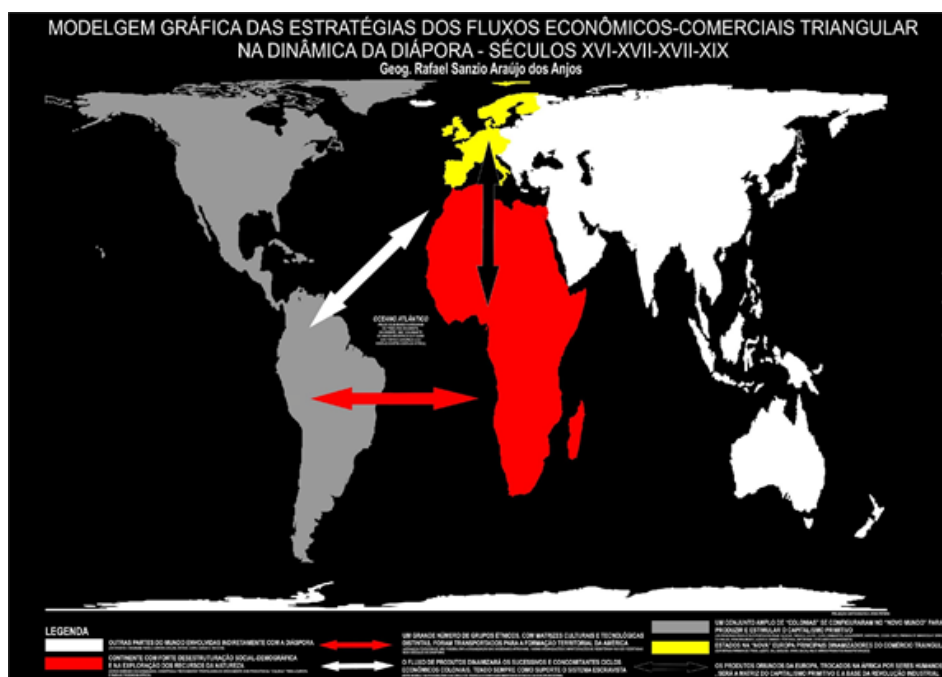
As demandas para compreensão das complexidades da dinâmica da sociedade são grandes e existem poucas disciplinas mais bem colocadas do que a Geografia e a Cartografia para auxiliar na representação e interpretação das inúmeras indagações desse momento histórico. A geografia continua sendo o melhor instrumento de observação do que aconteceu, porque apresenta as marcas da historicidade espacial; do que está acontecendo, isto é, tem registrado os agentes que atuam na configuração espacial atual e o que pode acontecer, ou seja, é possível capturar as linhas de forças da dinâmica territorial e apontar as possibilidades da estrutura do espaço no futuro próximo.

A Geografia de Matriz Africana que tratamos nessa oportunidade resgata um dos principais “Brasis invisíveis” secularmente, ou seja, povos e territórios que existiram e se mantêm sobreviventes, mas de uma maneira marginal, não oficial na sua plenitude. Esta “Geografia da Exclusão e do Conflito” é o que questionamos aqui e propomos outras leituras e representações do espaço geográfico, onde a complexidade conflitante da África existente-resistente no Brasil seja considerada devidamente. Os mapas, por sua vez, são as representações gráficas do mundo real e se firmam como ferramentas eficazes de interpretação e leitura do território, possibilitando revelar a territorialidade das construções sociais e feições naturais do espaço e, justamente por isso, mostram os fatos geográficos

na sua plenitude. É importante lembrar que um mapa não é o território, mas que nos produtos da Cartografia estão as melhores possibilidades de representação e leitura da história do território (ANJOS, 2007). Neste *paper* buscamos auxiliar na ampliação dos conhecimentos sobre as referências territoriais dos deslocamentos seculares África-América-Brasil e as principais configurações e fatos espaciais relevantes dos territórios quilombolas do país.

A DIÁSPORA AFRICANA E A GEOPOLÍTICA DO BRASIL COLONIAL-IMPERIAL

A cartografia do mundo vai ser profundamente modificada ao longo dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII E XIX, sobretudo pelos novos territórios a ele incorporado; as “novas” fronteiras constituídas e impostas e, a evolução significativa das técnicas. Este longo período da história dos seres humanos vai se caracterizar por uma nova fase de relações entre estes e a natureza e é neste contexto que a Geografia e a Cartografia vão se desenvolver e servir ao grande projeto de dominação justificada global. O grande triângulo dos fluxos econômicos – comerciais do século XV ao XIX envolvendo a Europa, a África e a América tinham o oceano Atlântico como grande espaço de ligação está expresso graficamente no Mapa 01. Por seus mares navegavam as mercadorias da Europa, do Oriente, das colônias e os “navios negreiros” que saíam da rede de portos europeus e da costa e contra-costa do continente africano.



Mapa 01 - Fonte: ANJOS, R.S.A. O Brasil Africano: Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria, 2014

É neste oceano que se encontra o grande cemitério dos séculos da diáspora África-América. As Figuras 01, 02 e 03 a seguir mostram as principais referências territoriais de origem

na África nos quatro séculos do tráfico e a geografia da diáspora que se formou e estruturou nas margens do Atlântico, mesmo com as contradições do sistema dominante.

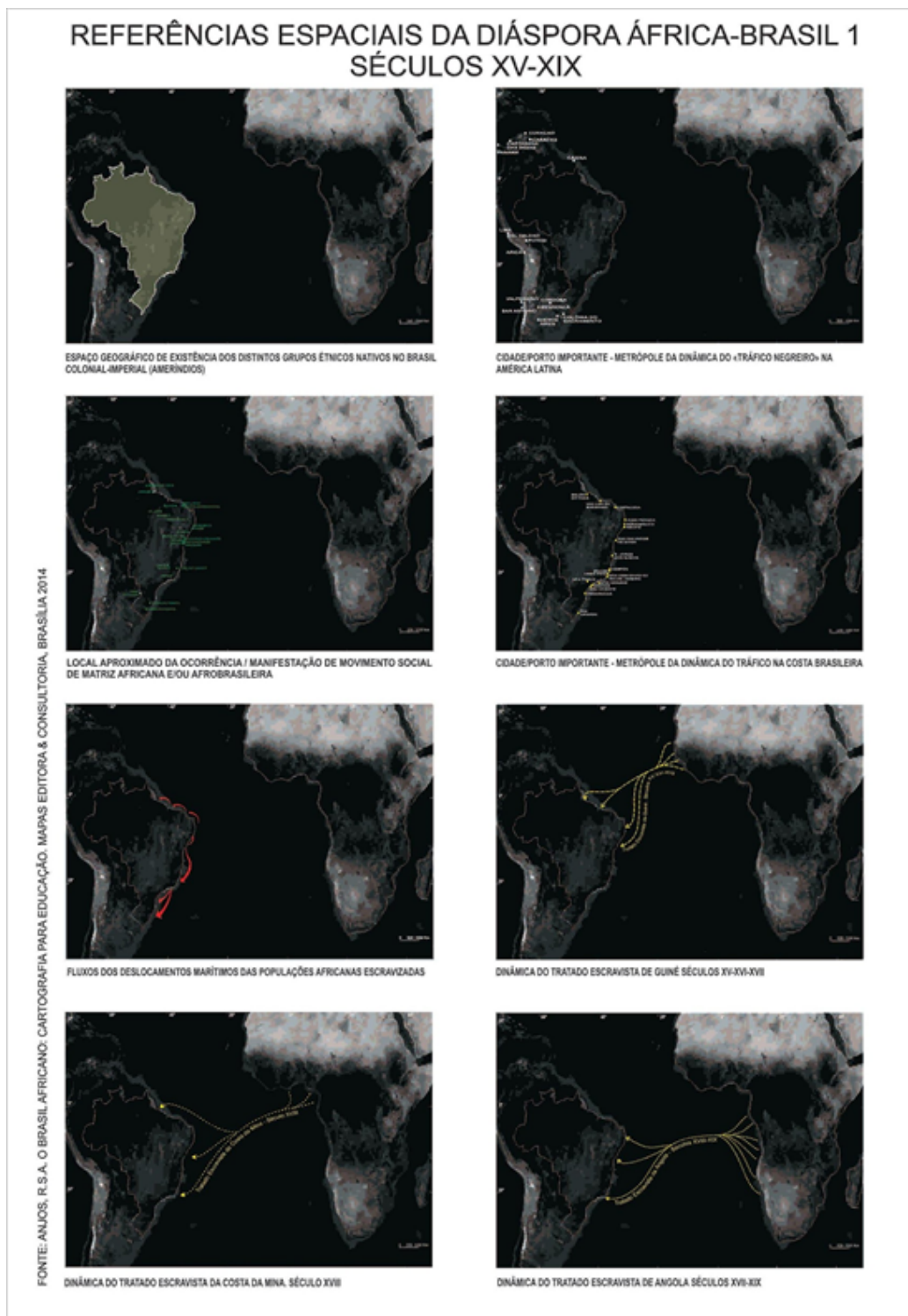


Figura 01 - Fonte: ANJOS, R.S.A. O Brasil Africano: Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria, 2014

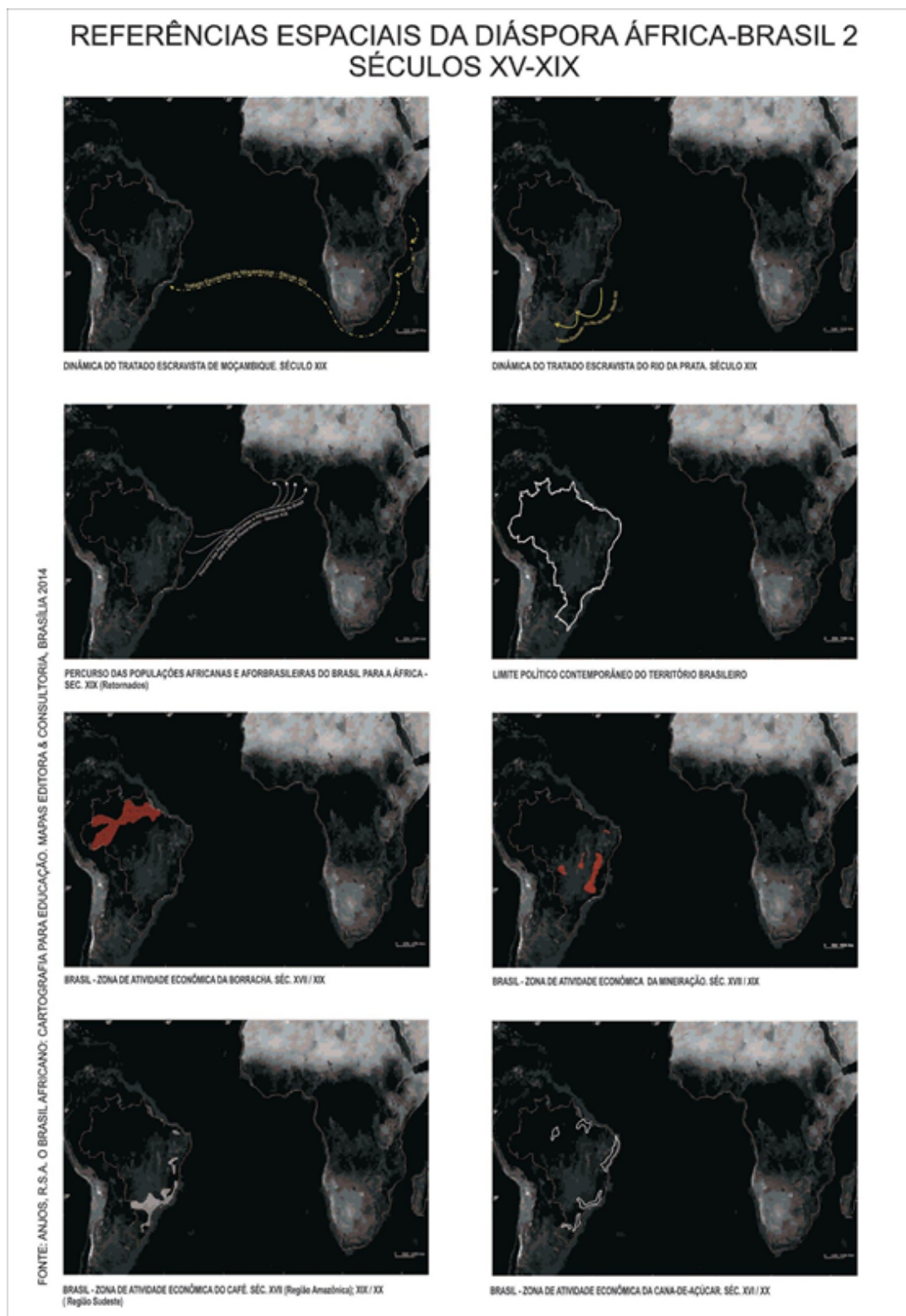


Figura 02 - Fonte: ANJOS, R.S.A. O Brasil Africano: Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria, 2014

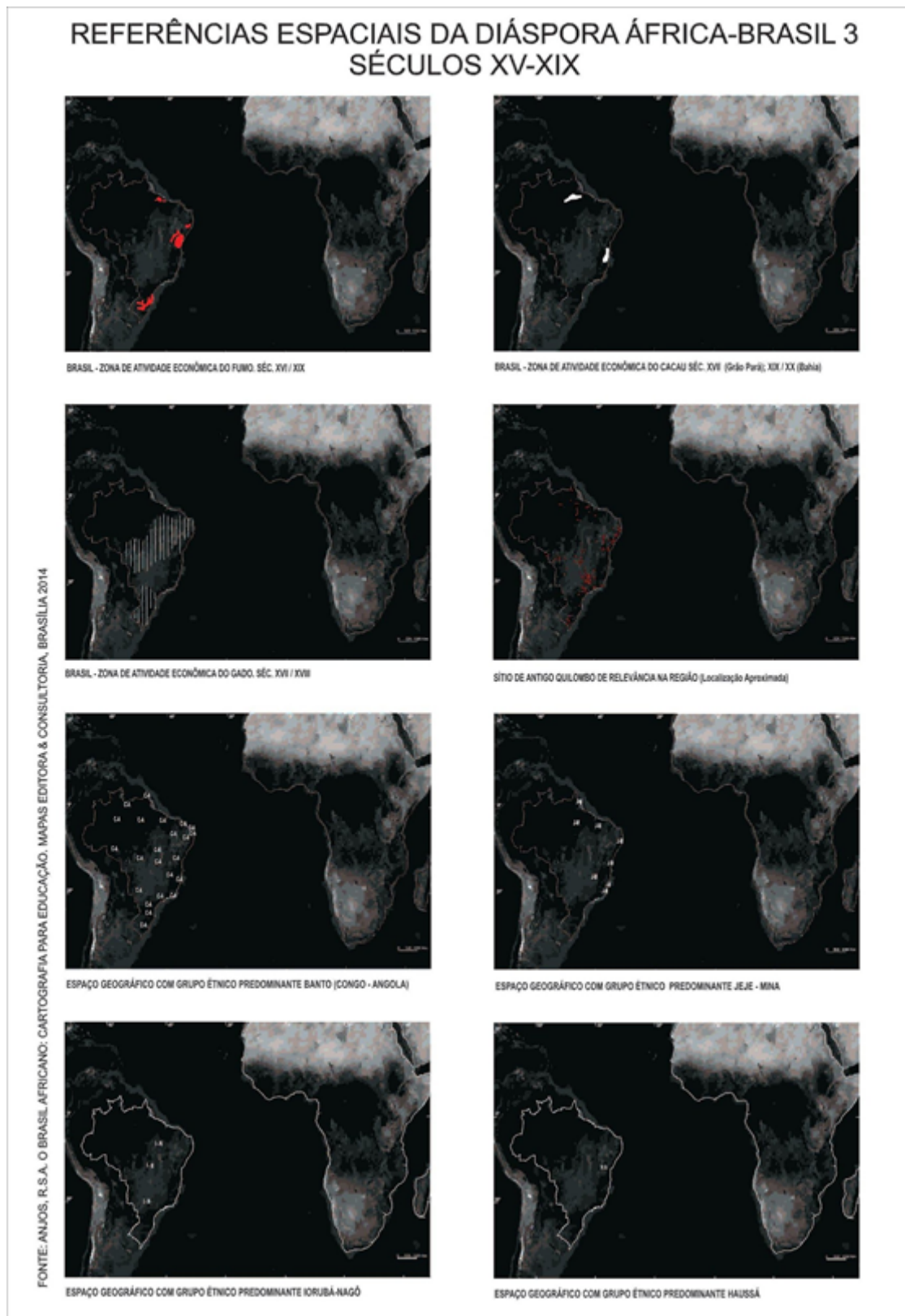


Figura 03 - Fonte: ANJOS, R.S.A. O Brasil Africano: Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria, 2014

No Fluxo Europa-África-Europa os navios saídos dos portos escravagistas europeus levavam armas, tecidos, bebidas e outras mercadorias e dos portos africanos vinham o sal, pedras preciosas, café, açúcar, marfim, seres humanos dentre outros produtos tropicais. O Fluxo América-África-América se caracteriza prioritariamente pelos deslocamentos dos distintos grupos étnicos com suas bagagens culturais e tecnológicas para a ocupação e formação dos novos territórios coloniais e da sua costa Oriental eram exportados o tabaco (fumo de corda), aguardente (cachaça), batata, amendoim, dentre outras mercadorias. Do Fluxo América-Europa-América saíam açúcar, aguardente, cacau, tabaco, café, borracha, pedras preciosas, algodão, batata, girassol, tomate, milho, pimenta, baunilha, etc. e, para o Novo Mundo eram encaminhados cevada, gado, aveia e centeio.

Na América escravocrata, o *quilombo* significava a expressão geográfica concreta dos conflitos no sistema dominante e era uma reconstrução e elaboração de um tipo de organização territorial existente na África Meridional. A grande

extensão dos povoados “livres”, com uma forma de organização territorial de matriz africana, que vão se desenvolver nas margens brasileiras do Oceano Atlântico, têm em comum a referência de um espaço seguro e protegido, não necessariamente isolado, com igualdade de condições na maioria das relações comunitárias, de liberdade de acesso à terra e de uma base possível de ter confrontos e guerras (ver as Fotos 01, 02 e 03). Neste sentido o quilombo africano e o quilombo americano apresentam semelhanças fundamentais. Este sítios africanos na América eram um fato espacial de extensão continental e tinham um desejo coletivo de resistir à sociedade de opressão e da exclusão perversa.

No Brasil e no Uruguai eram e são denominados mocambos, calhambo e quilombos; na Colômbia, no Equador, no México e em Cuba são os palanques; cumbes na Venezuela; marrons no Haiti, no Caribe, no Suriname, nas Guianas, nos Estados Unidos e Jamaica; cimarrons em diversas outras partes da América que fala espanhol e Bush Negrões na Guiana Francesa (Anjos, 2009).



Foto 01 - Aspectos da tipologia e distribuição das habitações no antigo quilombo do Brasil Colonial. Espaço do Quilombo-Museu do Cerrado. Goiânia-GO. Geog. Rafael Sanzio, 2007 Fonte: ANJOS, R.S.A. Quilombos: Geografia aficnaa, Cartografia étnica, Territórios tradicionais. Mapas Editora & Consultoria, 2010



Foto 02 - Referências do fogão e forno de lenha no antigo quilombo do Brasil Colonial. Espaço do Quilombo-Museu do Cerrado. Goiânia-GO. Geog. Rafael Sanzio, 2007 Fonte: ANJOS, R.S.A. Quilombos: Geografia aficnaa, Cartografia étnica, Territórios tradicionais. Mapas Editora & Consultoria, 2010

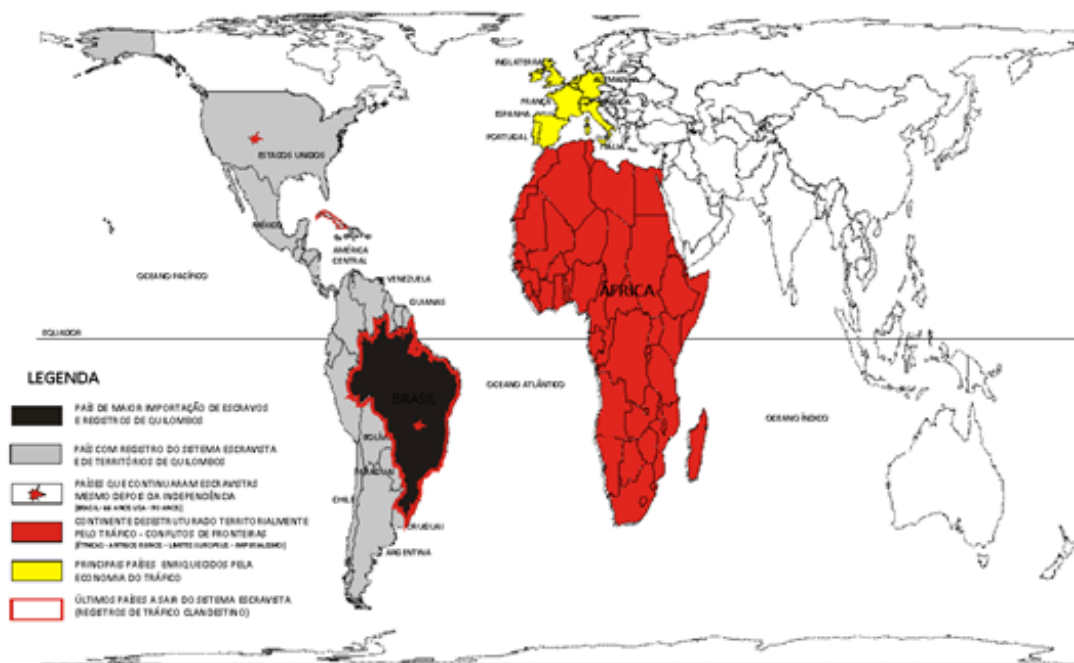


Foto 03 - Paisagem do sistema de guarda e vigilância no antigo quilombo do Brasil Colonial. Espaço do Quilombo-Museu do Cerrado. Goiânia-GO. Geog. Rafael Sanzio, 2007 Fonte: ANJOS, R.S.A. Quilombos: Geografia aficnaa, Cartografia étnica, Territórios tradicionais. Mapas Editora & Consultoria, 2010

A primeira metade do século XIX caracterizou-se pelos vários tratados visando abolir o tráfico negreiro, o que no Brasil só ocorreu efetivamente em 1850. Pelo quadro de ilegalidade e clandestinidade, os dados estatísticos dos movimentos demográficos são bem imprecisos. Por pressões geopolíticas europeias esse é o período em que são desfeitas as ligações bi-

laterais entre os continentes africano e americano, sendo destruídas as rotas do tráfico triangular entre a América, a África e a Europa. Entretanto, o Brasil por 66 anos e os Estados Unidos por mais 90 anos, continuaram escravistas depois da independência.

A ÁFRICA, A AMÉRICA, A EUROPA E O SISTEMA ESCRAVISTA



Mapa 02 - Fonte: ANJOS, R.S.A. Geopolítica da Diáspora África-América-Brasil. Séculos XV-XVI-XIX: Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria. 2ª. Edição, 2014

A manutenção dessa estruturação política, econômica e territorial por quase quatro séculos no território e a quantidade de africanos importados até 1850, não devidamente quantificada, mostra como a consolidação da sociedade escravagista conseguiu estabilizar-se e desenvolver-se mesmo com os conflitos políticos e contradições econômicas e sociais.

O processo de pulverização das distintas matrizes africanas no território colonial pelos Estados escravagistas tinha, também, como estratégia, dificultar a organização, extinguir a língua de origem e impossibilitar a continuidade das culturas, ou seja, foram criados dispositivos reais para que as populações oriundas da África perdessem as suas referências identitárias e, por conseguinte, houvesse uma diluição da identidade étnica africana. Esse é mais um fator geográfico que colabora para a falta de uma referência ancestral de origem da população brasileira de referência africana, com interferências profundas na sua cidadania e no sentimento de pertencimento territorial.

Algumas considerações das expressões geográficas e conflitos institucionais dos quilombos contemporâneos no Brasil são tratadas no item a seguir.

O ESPAÇO GEOGRÁFICO DOS QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS NO BRASIL E A POLÍTICA CONFLITANTE DO ESTADO

O Brasil é apontado como a segunda maior nação do planeta com população de ascendência na África e, é com relação a esse povo que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica ao longo do século XX e XXI. Nos piores lugares da sociedade e do território, com algumas exceções, estão as populações afrobrasileiras. Dessa maneira, ser descendente do continente africano no Brasil, secularmente continua sendo um fator de risco, um desafio para manutenção da sobrevivência humana, um esforço para ter visibilidade no sistema dominante e, sobretudo, colocar uma energia adicional para ser – estar inserido no território. Dois contextos são emblemáticos. Primeiro, a questão demográfica do “Brasil africano” que continua sem uma resposta e representação adequada, isto porque os critérios de aferição racial oficiais levam à subestimação do número real de cidadãos de matriz afrobrasileira que integram o país. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) continua agrupado os indivíduos em brancos, pretos, amarelos e pardos, considerando brancos, pretos ou amarelos os que assim se declararem e os “outros” ficam classificados como pardos. Recentemente, esta

instituição inseriu o grupo dos “índios”.

O Gráfico 01 da evolução das populações preta e parda do Censo realizado em 1940 até o mais recente (2010) mostra algumas constatações relevantes: a) a timidez do crescimento da população preta, secularmente associada a um contingente escravizado e inferir revela como o racismo e a mentalidade colonial persistem na sociedade brasileira e, b) O crescimento espetacular dos pardos ao longo de todas as décadas computadas. É um fenômeno! Por que será? Esta é uma importante questão que não é devidamente refletida pelo nosso povo e tem passado despercebida ao longo de algumas décadas, ou seja, a “pardarização” da população brasileira. Lembramos que associado ao “pardo” está a indefinição da sua identidade, do seu lugar na sociedade, da sua referência ancestral, em síntese, da sua territorialidade. São milhares de homens, mulheres, crianças e idosos que sentem internamente que não existe, ainda, um lugar definido na estrutura social do país e o processo de “embranquecer” é uma forma de estar inserido, participando e “visto” na sociedade.

Dentro da “Geografia Africana Invisível no Brasil Contemporâneo”, destacamos o esquecimento proposital dos territórios descendentes de antigos quilombos (ver a Figura 04 e o Mapa 03). Mesmo passados quase 130 anos da sanção da Lei Áurea pelo regime imperial, a história e o sistema oficial brasileiro ainda continua associando à população de matriz africana uma imagem de “escravizados” e aos quilombos sempre como algo do passado, como se esses não fizessem mais parte da vida contemporânea do país. As ações do setor decisório, se mostram conflitantes e contraditórias. Apesar das disposições constitucionais (1988) e da obrigatoriedade de alguns organismos oficiais para resolverem as demandas dos quilombos contemporâneos, é possível constatar, de uma forma quase que estrutural, que a situação tem apresentado um tratamento caracterizado por ações episódicas e fragmentárias.

No Brasil, as comunidades negras tradicionais, os remanescentes de quilombos, mocambos, comunidades negras rurais, quilombos contemporâneos, comunidades quilombolas ou terras de preto referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inestimável, desconhecido na sua plenitude e que somente recentemente estão nos interesses da academia, passaram a ter atenção do Estado e ser prioridade de algumas autoridades e organismos oficiais. Muitas dessas comunidades mantêm ainda tradições e tecnologias que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato e utensílios de cerâmica e palha, as línguas, a



Gráfico 01 - Fonte: ANJOS, R.S.A. Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL, Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014.

relação sagrada com o território, a culinária, a forma comunitária de uso e ocupação do território, dentre outras maneiras de expressão cultural e tecnológica. Importante lembrar que o melhor das tecnologias dos trópicos sustentaram as dinâmicas comerciais do Brasil Colônia e Império agro-exportador na sua essência ao longo de quatro séculos (ANJOS, 2010).

Tratar das comunidades quilombolas nos contextos geográfico e histórico nacional significa se deparar com uma luta política e territorial atual e um processo de conhecimento científico ainda em construção. Daí a necessidade de um conceito de quilombo mais “largo” na atualidade, como um segmento da sociedade brasileira contemporânea excluída, secular e historicamente, que precisa ter os seus direitos de reconhecimento e de garantias para a existência plena nos seus territórios e não apenas deveres e convívio com hostilidades e depreciação.

Este fato tem comprometido o direcionamento de uma política definida para o equacionamento dos seus problemas

fundamentais, ou seja, o seu reconhecimento dentro do sistema social brasileiro e a demarcação e titulação dos territórios ocupados. A questão estrutural de fundo é a posse efetiva da terra, ou seja a definição oficial da fronteira afrobrasileira. O “modelo institucional dispersivo”, ou seja, uma fragmentação nas responsabilizações governamentais para resolução das demandas dos quilombos contemporâneos revela o enfraquecimento do movimento organizado e das ações concretas nos territórios e, sobretudo, evidencia o descompromisso governamental para com a defesa e garantia dos direitos quilombolas no país. A forma como o Estado brasileiro contemporâneo tem conduzido a política para os territórios tradicionais revela uma fragmentação institucional e das ações, constituindo um modelo de governança que fortalece os conflitos operacionais e de atribuições, mas sobretudo causa um dano irreparável na gestão eficaz sobre o território nacional de proporções continentais. A Figura 05 abaixo representa graficamente este processo fragmentário na estrutura governamental. O círculo

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA FELIPA - ITAPECURÚ-MERIM - MARANHÃO - BRASIL



© FOTOGRAFIA: PROF. RAFAEL SANZIO. TAMBOR DE CRIOLA EM COMUNIDADE QUILOMBOLA NO MARANHÃO - BRASIL, 2010



© FOTOGRAFIA: PROF. RAFAEL SANZIO. TAMBOR DE CRIOLA EM COMUNIDADE QUILOMBOLA NO MARANHÃO - BRASIL, 2010



© FOTOGRAFIA: PROF. RAFAEL SANZIO. TAMBOR DE CRIOLA EM COMUNIDADE QUILOMBOLA NO MARANHÃO - BRASIL, 2010



© FOTOGRAFIA: PROF. RAFAEL SANZIO. TAMBOR DE CRIOLA EM COMUNIDADE QUILOMBOLA NO MARANHÃO - BRASIL, 2010



© FOTOGRAFIA: PROF. RAFAEL SANZIO. TAMBOR DE CRIOLA EM COMUNIDADE QUILOMBOLA NO MARANHÃO - BRASIL, 2010



© FOTOGRAFIA: PROF. RAFAEL SANZIO. TAMBOR DE CRIOLA EM COMUNIDADE QUILOMBOLA NO MARANHÃO - BRASIL, 2010



© Registros Fotográficos by Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos.
CREA 15604/D - Centro de Cartografia Aplicada e Informação
Geográfica da Universidade de Brasília (CIGA).
Brasília - Distrito Federal - Brasil, 2016
Auxiliar Técnico: Ludmila Ítala

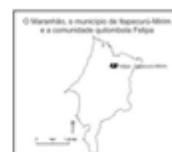


Figura 04 - Fonte: ANJOS, R.S.Geografia e conjuntura brasileira, Editora Cosequência. Anpege, Porto Alegre-RS 2017



Mapa 03 - Fonte: ANJOS, R.S. Geografia e conjuntura brasileira, Editora Consequência. Anpege, Porto Alegre/RS, 2017.

amarelo representa a forma corriqueira como são tratadas as demandas governamentais com rebatimento geográfico-cartográfico, ou seja, uma configuração de parcelamento, portanto, dividido entre vários órgãos cada um com uma parcela do problema (retângulos azuis).

Este contexto político é o que nos possibilita entender porque tantos “espaços” sem ações concretas desde os direitos constitucionais. Fruto desse panorama complexo a cartografia quilombola oficial não existe, porque significaria o Estado assumir decisivamente e se ocupar esses territórios étnicos de matriz africana. Está, dentro das ações do modelo apontado anteriormente, uma das estratégias é não dar visibilidade no mapa a segmentos da sociedade que devem ficar invisíveis, porque incomodam o setor decisório oficial. O Mapa 06 elaborado pelo Projeto GEOAFRO (www.rafaelsanziodosanjios.com.br), que tem um histórico de sistematização de dados dos registros municipais das comunidades quilombolas no país confirmam alguns aspectos relevantes, a saber:

1. A constatação espacial dos registros em praticamente todo o país (exceção do Acre e Roraima). Este fato cartográfico

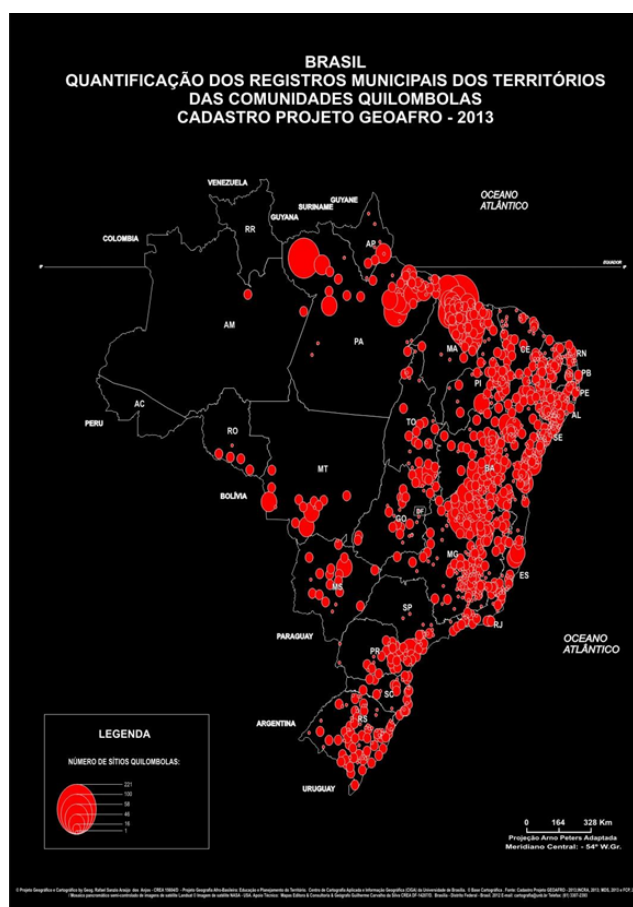
afirma o quanto o Brasil contemporâneo é quilombola, mesmo com o contexto de “invisibilidade”;

2. Outro aspecto geográfico são as concentrações dos sítios de em algumas regiões do país, dado que corresponde às regiões produtivas do “Brasil Colonial”. Chama atenção a faixa territorial iniciada no norte do Pará, passando por todos os Estados da Região Nordeste, passando por Minas Gerais e Goiás, indo até o sul de São Paulo e, 3. São relevantes as ocorrências nas zonas fronteiriças dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Pará e o Rio Grande do Sul, contexto que indica a necessidade de alargarmos a compreensão espacial da extensão dos territórios quilombolas formados no Brasil Colonial para além das fronteiras do país.

O histórico dos territórios quilombolas desapropriados desde a Constituição de 1988 até o momento atual revela esse quadro de desinteresse do “Brasil Colonial” sobrevivente em resolver uma das demandas básicas do “Brasil Africano” contemporâneo. A questão estrutural de fundo é a posse efetiva da terra, ou seja a definição oficial da fronteira afrobrasileira. A terra assegurada, que significa ainda na mentalidade colo-



Figura 05 - Elaboração: ANJOS, R.S.A., CIGA – UnB, Brasília, 2014 Fonte: ANJOS, R.S.A. As Geografias oficial e invisível do Brasil: Algumas referências, Revista GEOUSP, p. 374-390



Mapa 06 - Fonte: ANJOS, R.S. Igualdade Racial no Brasil- Reflexões no Ano Internacional do Afrodescendentes. Brasília - IPEA, 2013, p. 137-152

nialista do setor decisório poder, se configura como o principal elemento de negociação e conflito na resolução da pendência secular.

Apesar dessa expressão espacial significativa não oficializada, os quilombos contemporâneos se encontram numa situação de risco social e físico e fica evidente a ausência do governo no exercício da sua autoridade para que não se instale no país um processo de extinção e descaracterização desses territórios étnicos, vistos erroneamente como problemas, mas que pode ser a solução para muitas demandas da nação.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Considerando-se que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluímos e recomendamos o seguinte:

- A estratégia de desinformar a população brasileira no que se refere ao continente africano é um entrave para uma perspectiva real de democracia racial no país. Não podemos perder de vista que entre os principais obstáculos criados pelo sistema a inserção da população de matriz africana na sociedade brasileira, está a inferiorização desta no ensino. Esse contexto somente poderá mudar com uma política educacional mais agressiva e com o foco direcionado para desmistificar o continente africano para a população do Brasil. Este é um ponto estrutural para um processo de mudança, onde o ser humano brasileiro de ascendência africana seja, de fato, mais respeitado no sistema dominante. Uma parte grande do problema, continua sendo, a desinformação, ou seja, a posição da África, geralmente um dos últimos continentes nos compêndios escolares e oficiais, precisa ser alterado na indústria e, sobretudo pelo professor (a) na sala de aula.
- Outro ponto estrutural, ainda dirigido ao setor decisório do país, se refere à criação das condições necessárias para a realização de um censo demográfico mais realista e que retrate melhor a diversidade étnica brasileira. Este tema é complexo, porque significa mudar os métodos de aferição da população e, por conseguinte, a possibilidade de registro oficial de um “Brasil Africano” até então sem evidência. Acreditamos, caso exista prioridade política, que ainda é possível uma revisão dos procedimentos metodológicos dos próximos Censos oficiais, que podem incorporar os avanços já conquistados nas centenas de experiências de Censos

Étnicos Escolares já realizados por professores e diretores de escolas da nação.

- A questão das comunidades quilombolas no território brasileiro não pode ser tratada mais com ações pontuais, esporádicas e nem atrapalhada por conflitos de atribuições institucionais presentes de forma significativa, nesta primeira década do século XXI e com indícios de manutenção. O modelo vigente da gestão das demandas quilombolas no país é desagregador e pode ser alterado ainda. As vitórias localizadas não refletem um plano de ação com premissas e parâmetros de curto/médio prazos e nem uma perspectiva de fortalecer a luta secular quilombola.
- Tomamos como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que com o auxílio da ciência e da tecnologia, que temos condições de colaborar na modificação das políticas pontuais e superficiais a fim de subsidiar a adoção de medidas concretas para alteração das situações emergenciais das populações do “Brasil Africano”.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, R. S. A. A geografia, os negros e a diversidade cultural. **O Pensamento Negro em Educação** - Núcleo de Estudos Negros. Florianópolis, 1998, p. 93-106
- _____. A geografia, a África e os negros brasileiros. In: MUNGANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1999, p. 169-182.
- _____. A África, a geografia, o tráfico de povos africanos e o Brasil. **Revista Palmares em Ação**. Brasília: Fundação Cultural Palmares – MINc. Ano 1, n. 2, p. 56-66, 2002
- _____. **Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2. ed. 2005.
- _____. Geografia, território étnico e quilombos. In: GOMES, N. L. (Org.). **Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro**. Brasília: MEC-Secad, 2006, p.81-103.
- ANJOS, R.S.A; CYPRIANO, A. **Quilombolas** – tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicações/Petrobras, 2006.

ANJOS, R.S.A. **Coleção África-Brasil**: Cartografia para o ensino-aprendizagem. Volume II Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2007.

_____. **Cartografia & Educação**. Volume I. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2007.

_____. **Quilombos**: Geografia Africana-Cartografia Étnica-Territórios Tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

_____. **Territorialidade Quilombola**: Fotos & Mapas/Quilombola Territoriality: Photos & Maps. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2011.

_____. **Geopolítica da Diáspora África** – América – Brasil. Séculos XV – XVI – XVII – XVIII – XIX – Cartografia para Educação. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2012.

_____. A Territorialidade dos Quilombos no Brasil Contemporâneo: Uma Aproximação. In: SILVA, T.D.; GOES, F.L. (Org.). **Igualdade Racial no Brasil** – reflexões no Ano Internacional dos Afrodescentes. Brasília: IPEA, 2013, p.137-152.

_____. **Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2014.

_____. **O Brasil Africano** – Algumas Referências dos Séculos XVI – XXI: Cartografia para Educação. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2014b.

_____. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. **Revista GEOUSP**. v. 19, n. 2, São Paulo, p. 374-390, 2015.

_____. Diversidade étnica no Brasil invisível-visível: Apropriações-usos dos territórios & conflitos sócio-espaciais. In: SUERTEGARAY, D.M.A.; SILVA, C.A.; PIRES, C.L.Z.; PAULA, C.Q. (Org.). **Geografia e conjuntura brasileira**. Porto Alegre: Consequência Editora/Anpege, p. 275-309, 2017.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro: IBGE - PNAD, 1996

IPEA. Pesquisa Dinâmica Demográfica da População Negra. Brasília: IPEA, 2013

CURRÍCULO

* Geógrafo, Professor Titular da Universidade de Brasília, do Departamento de Geografia/Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica. E-mail: cartografia@unb.br. Sites: www.ciga.unb.br / www.rafaelsanziodosanjos.com.br